

O SENSO DE LUGAR SEGUNDO A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DEFICIENTE VISUAL: como projetar espaços públicos de inclusão.

LUIZ GILBERTO SILVA JÚNIOR¹; ADRIANA ARAÚJO PORTELLA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – luizjuniorarquitetura@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre inclusão social de pessoas com deficiência visual no espaço urbano permite pensar em um ambiente que viabilize o acesso a bens e serviços para todos, com base no respeito à diversidade, na equiparação de oportunidades, na busca de autonomia pessoal e coletiva, ou seja, na cidadania. Por esse entendimento, a acessibilidade¹ se apresenta como uma questão imprescindível para a dignidade, o respeito e valorização da diversidade humana, como instrumento de bem-estar e de desenvolvimento inclusivo (BRASIL, 2004).

De acordo com Alex (2008, pág. 19), os locais que concretizam o espaço “público” indicam que esses espaços são abertos e acessíveis, sem exceção, à todas as pessoas. Por isso, Gomes (2002, in Alex 2008), conceitua que “públicos” são os “atributos de um espaço que têm relação com a vida pública”. Porém, nem todos os espaços públicos de lazer são acessíveis a todos como deveriam. Ao contrário, muitas vezes significam a materialização da segregação espacial urbana. Essas limitações estão intimamente relacionadas ao exercício da autonomia e a participação social de pessoas com deficiência², podendo interferir ou prejudicar no seu desenvolvimento ocupacional, cognitivo e psicológico, contribuindo para a sua exclusão socioespacial³.

Os estudos de percepção comprovam que o ambiente influencia diversos aspectos da vida humana. Tuan (1983) enfatiza a importância de todos os sentidos no processo perceptivo, porém, indica que a visão é o principal sentido envolvido na percepção espacial humana, ressaltando que grande parte da nossa decodificação do ambiente é função de imagens visuais, às quais são associados conjuntos de significados (TUAN, 1983, pág. 82). Se tratando de pessoas com deficiência visual esse sentido não colabora para a percepção ambiental, de modo que a ambiência é percebida a partir de outros canais sensoriais e interpretados por mecanismos cognitivos. Para essas pessoas o ambiente oferece uma grande quantidade de variáveis que influenciam o seu comportamento, desde exemplos de ordem física como iluminação, temperatura, ruídos e arborização, até outros totalmente subjetivos como sensações, condições de apropriação e das relações socioespaciais envolvidas.

Nessa acepção, o conceito de senso de lugar é importante para entender o processo de decodificação do espaço, o que possibilita entender a relação comportamento/ambiente. Para Pereira (2008) o senso de lugar é representado pela porção do espaço dotada de significados particulares e relações humanas (PEREIRA, 2008, pág 63). A construção do senso de lugar do deficiente visual só poderá ser estabelecida quando os vínculos afetivos forem criados, e esses

¹ Possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT, 2015).

² Aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, com interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2008, p. 12).

³ Relativo a classes ou grupos sociais e ao espaço que essas classes ou grupos ocupam. (Dicionário Priberam, 2013)

vínculos são gerados somente através do uso dos lugares. O espaço se transforma em lugar à medida que adquire definição e significado (TUAN, 1983, pág. 112). Sendo assim, as práticas cotidianas dos habitantes podem ser compreendidas através dos sentimentos de afetividade e identidade que ambos têm a partir de suas experiências locais.

Nesse sentido, o problema central desta pesquisa é: **as reformas e os projetos de espaços públicos de lazer são propostos sem considerar condições de acessibilidade necessárias para apropriação de todos.** Mesmo com a reedição da NBR9050 em 2015 (ABNT, 2004) e a criação da NBR16537 (ABNT, 2016), a acessibilidade para o usuário deficiente visual continua restrita, pois ambas normativas visam somente a passagem do usuário, e não sua apropriação do espaço. Isso está relacionado ao fato de que essas regulamentações não conseguem atender a complexidade de percepções que a deficiência visual envolve. Portanto surge a pergunta de pesquisa: **“quais as diretrizes devem ser consideradas nas reformas e projetos de praças e parques públicos, que garantam a autonomia da pessoa com deficiência visual no ambiente? ”.**

Com isso, através de conhecimentos acadêmicos da área de comportamento ambiental e a prática profissional contemporânea, este trabalho analisa, através de um estudo de caso, os fatores que devem ser considerados no processo de requalificação em praças e parques, considerando a percepção de senso de lugar do deficiente visual, com ênfase na sua apropriação do espaço. Os objetivos específicos são: (I) realizar investigação sobre as políticas públicas da cidade de Pelotas/RS referente a inclusão de pessoas com deficiência; (II) analisar as condições de acessibilidade da Praça Coronel Pedro Osório; (III) conhecer a percepção do usuário deficiente visual a respeito das restrições envolvidas na apropriação de espaços públicos de lazer; (IV) análise nas normativas de acessibilidade vigentes, identificando as lacunas que impedem a autonomia do usuário no espaço.

2. METODOLOGIA

O Método Dialético é bastante antigo, no campo das ciências sociais é muito usado, e passou por inúmeras interpretações ao passar do tempo. Platão considerava a dialética como a arte do diálogo. Posteriormente, na Idade Média significava a expressão da lógica. Na concepção contemporânea, é indicada como “a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução” (GIL, 2007, p. 31).

O estudo de caso será da Praça Coronel Pedro Osório, importante marco da cidade serve de encontro para diversos grupos sociais, além de ser um nó urbano que conecta vários espaços e ambientes da região central de Pelotas. A escolha desse espaço leva em consideração os fatos históricos que o espaço carrega, e sua profunda relação com o patrimônio histórico municipal, construções do período colonial, do século XIX, cujas características remetem à arquitetura eclética (Peter, 2007).

Para cumprir os objetivos da pesquisa serão usados os seguintes métodos:

- I. **Levantamento de arquivo:** análise de fontes sobre a história da praça e projetos de requalificação executados no local.
- II. **Levantamento físico:** a partir de observações do ambiente construído e de outros materiais gráficos, analisar as condições de acessibilidade conforme legislações vigentes.

- III. **Entrevista caminhada:** pode ser definido como um percurso dialogado complementado por fotografias, croquis gerais e gravações de áudio e de vídeo, contemplando todas as ambientes. Estes instrumentos ajudam no registro de todas as reações dos participantes em relação ao local e possibilita que o observador faça um registro e uma identificação dos pontos positivos e negativos da área de estudo (RHEINGANTZ, 2009).
- IV. **Entrevistas semiestruturadas:** adequado para obtenção de informação e profundidade onde o entrevistador não se restringe a uma ordem pré-formatada e permitindo que sejam feitas as mesmas perguntas a todos os entrevistados. Também é possível mudar a formulação das perguntas para atender melhor ao objetivo da entrevista (SOMMER; SOMMER, 2002). Essa entrevista com os usuários tem como finalidade a percepção e os problemas por eles enfrentados na utilização da praça.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Praça Coronel Pedro Osório é considerada como um dos principais pontos turísticos pelotenses. Considerada um símbolo do modelo de arquitetura histórica característico na cidade, foi inteiramente revitalizada em 2007. Porém, análises prévias demonstram que o espaço não tem acessibilidade suficiente que permitam autonomia de todos os usuários, e em virtude de sua localização central, e importância histórica é fundamental que seja construída uma reflexão sobre inclusão neste espaço.

Para o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008), discutir sobre acessibilidade significa discutir cidadania e democracia, inclusão social e respeito às diferenças. As pessoas com deficiência possuem competências e potencialidades, as quais devem ser desenvolvidas em prol da sua plena inclusão social, e não podem ser tratadas com indiferença, ou como um ser humano desprovido de capacidade de expressar suas necessidades frente ao tema da acessibilidade universal, e inclusão. (IBDD, 2008, pág. 35-50)

4. CONCLUSÕES

As cidades devem criar condições de acessibilidade mais adequadas àqueles a quem o espaço estabelece limites. Esses paradigmas de produção do espaço devem ser transpostos através do desenvolvimento e aplicação das políticas públicas, que devem traduzir-se em projetos arquitetônicos e urbanísticos de inclusão. Dessa forma, os conceitos de acessibilidade e desenho universal aplicados ao projeto, buscam viabilizar meios de garantir o direito da pessoa com deficiência a viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida.

Essa discussão também abre portas para novos debates sobre as relações entre a percepção do usuário e o ambiente, possibilitando que a pessoa com deficiência participe de questões referentes aos seus direitos, através de processos participativos, em que soluções técnicas sejam adotadas levando em conta as percepções de quem vivencia as restrições socioespaciais, e não somente questões físicas e ergonômicas do espaço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Capítulo II – Dos Direitos Sociais (Artigo 6º), 1988.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. Senac, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. ABNT, 2004.

BATISTA, João. NBR 16537: 2016. **Acessibilidade-Sinalização tátil no piso-Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Disponível em:<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_168.pdf>. Acesso, v. 27, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. SciELO-EDUEL, 2012.

PEREIRA, André Luiz Soares; **O sentido de lugar: significados e vivências no entorno do São Gonçalo Shopping**. Niterói, RJ: Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2008.

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. Senac, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

BRASIL, I. B. G. E. **Censo demográfico, 2010**. Acesso em 21 de junho de 2018.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI, Gleice A.; PINHEIRO, José Q. **A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações**. Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente, v. 1, p. 369-380, 2008.

ANDRADE, Isabela Fernandes. **Diretrizes para Acessibilidade em Edificações Históricas a partir do estudo da Arquitetura Eclética em Pelotas-RS**. Florianópolis, 26 de junho de 2009. 212p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação, UFSC, 2009.